

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PIÊN -PIENPREV

**RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
RPPS - 2023**



Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Piên

PIÊN 2024

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. O PIENPREV	3
2.1 Estrutura Administrativa.....	3
2.1.1 Conselho de Administração	4
2.1.2 Diretoria Executiva.....	7
2.1.3 Conselho Fiscal	8
2.1.4 Cenário Econômico.....	10
3. RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	13
3.1 Receitas e Despesas	13
3.2 Patrimônio	14
3.3 Comprev	14
4. EVOLUÇÃO ATUARIAL	14
4.1 – Custos e Planos de Custeio – 2023.....	15
4.2 Evolução da Situação Atuarial.....	16
5. GESTÃO DE INVESTIMENTOS	18

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Governança Corporativa é uma forma de prestação de contas aos segurados e à sociedade, e reforça o compromisso do PIENPREV com a transparência, responsabilidade e eficiência da gestão previdenciária.

O presente relatório contempla, de forma sintetizada, os atos de gestão praticados durante o exercício, apresentando as ações realizadas e os resultados alcançados.

Nesta edição apresentaremos os dados relacionados à governança e à gestão do PIENPREV no ano de 2023. As informações prestadas têm como base os relatórios gerenciais que abrange dados contábeis, de investimentos, atuariais e outros relacionados à gestão da autarquia.

2. O PIENPREV

O Instituto de Previdência Social do Município de Piên – Pienprev é um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), regulamentada pela Lei Municipal nº 1110/2011 de 12 de setembro de 2011, com a finalidade de prover os direitos previdenciários dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município de Piên, devendo assegurar o caráter contributivo e solidário e o equilíbrio financeiro e atuarial, em consonância a Constituição Federal.

O Pienprev é uma entidade descentralizada da Administração Pública Municipal, com personalidade jurídica de direito público, detentora de autonomia patrimonial, administrativa, financeira e contábil.

O Pienprev realiza a gestão previdenciária de 301 segurados ativos, 85 aposentados e 15 pensionistas e possui um patrimônio de mais de 55 milhões de reais.

2.1 Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa do Pienprev é composta pelo Presidente do Conselho de Administração, Diretor Executivo, e um contador, para realização das tarefas

administrativas, previdenciárias, contábeis e jurídicas inerentes a manutenção do instituto e concessão de benefícios aos segurados.

São integrantes do quadro funcional da Pienprev os servidores públicos efetivos do Município e da Câmara Municipal de Piên, cedidos para exercer suas atribuições junto ao Instituto de previdência municipal.

Portanto, o Instituto de previdência municipal é dirigida pelo Conselho de Administração, administrada pela Diretora Executiva e fiscalizada pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Controlador Interno do Município, Câmara Municipal, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público, Secretaria da Previdência Social (SPREV), além dos segurados e a população, por meio do controle social.

O Pienprev conta ainda com uma Consultoria de Investimentos e Comitê de Investimentos, um órgão consultivo responsável por participar do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos.

2.1.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão superior de deliberação colegiada, composto por 04 (quatro) conselheiros titulares, e 04 (quatro) suplentes, que serão eleitos por voto secreto e direto, pelos segurados ativos e inativos, 02 (dois) servidores ativos e 01 (um) servidor inativo e igual número de suplentes serão indicados pelo Prefeito.

O Presidente, o do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são eleitos pelos seus pares, sendo que os representantes dos servidores terão mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas mediante a maioria dos votos, em reuniões bimestrais ordinárias e/ou extraordinárias.

Compete ao Conselho de Administração do Pienprev:

- I - eleger o Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- II - estabelecer as diretrizes gerais da política de gestão do PIÊNPREV;

III - decidir sobre aplicações financeiras e investimentos em empreendimentos com recursos do PIÊNPREV;

IV - zelar pelo cumprimento das normas constitucionais, legislação ordinária nacional e municipal;

V - elaborar e votar o seu regimento interno;

VI - emitir parecer sobre a avaliação técnica e atuarial do PIÊNPREV;

VII - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos previdenciários do PIÊNPREV, bem como os ganhos sociais e desempenho dos programas aprovados;

VIII - fixar critérios para o parcelamento de recolhimento em atraso, de que trata o art. 22 da presente lei;

IX - encaminhar, bimestralmente, ao Conselho Fiscal relatório sobre a posição dos saldos do PIÊNPREV, com detalhamento de receita e despesas do mês anterior, para análise e acompanhamento;

X - aprovar as contas do PIÊNPREV, após análise do Conselho Fiscal;

XI - fiscalizar os atos de gerenciamento da Diretoria Executiva;

XII - assinar ajustes, convênios e contratos, através de seu Presidente, em conjunto com Diretor Executivo.

Através do Decreto Municipal nº 137/2015, de 15 de setembro de 2015 foram nomeados os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e o Diretor Executivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Piên – PIENPREV, para o período de 2023/2027.

Abaixo segue o Calendário das Reuniões de 2023:

Mês	Dia	Hora
Setembro	12	09:00
Outubro	18	09:00
Novembro	8	09:00
Dezembro	13	09:00

2.1.2 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é um órgão de administração geral do Pienprev, composta por I - 01 (um) Diretor Executivo, servidor efetivo com curso superior completo em Administração, Ciências Contábeis, Economia, Direito, Engenharia ou Gestão Pública, que será nomeado pelo Prefeito, dentre os candidatos, aquele com maior número de votos, escolhido em pleito eleitoral,

II - 01 (um) Contador;

III - 01 (um) Advogado;

IV - 01 (um) Agente Administrativo.

Os cargos previstos no "caput" do presente artigo serão colocados à disposição pelo Município, com ônus para a origem, enquanto o PIÊNPREV não dispuser de quadro próprio de servidores efetivos.

São competências do Diretor Executivo:

I - representar o PIÊNPREV em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;

II - apresentar ao Conselho de Administração e Fiscal até 31 de março de cada ano, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro, ao Executivo e Legislativo Municipal;

III - elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, submetendo-os até 31 de julho de cada ano, ao Conselho de Administração;

IV - apresentar relatórios gerenciais periódicos, com a finalidade de proporcionar ao Conselho de Administração os meios para avaliar o desempenho dos programas, em seus aspectos físicos, econômicos, financeiros, sociais e institucionais, e a sua vinculação a diretrizes estabelecidas;

V - submeter à apreciação do Conselho Fiscal análise do comportamento

contábil do PIÊNPREV;

VI - movimentar as contas do PIÊNPREV, sempre em conjunto com o contador;

VII - autorizar a realização de licitações;

VIII - assinar ajustes, convênios e contrato em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração.

A atual designação do Diretor Executivo se deu pela publicação do Decreto Municipal nº 137/2015, de 15 de setembro de 2015, nomeando a Sra. Jacqueline Niezer.

2.1.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Pienprev é o órgão superior de fiscalização com deliberação colegiada, composto por 3 (três) membros conselheiros titulares e seus suplentes, sendo 2 (dois) membros titulares e suplentes eleitos, e 1 (um) membro titular e seu suplente indicado pelo Prefeito.

A nomeação dos membros deste conselho se dará através de Decreto Municipal, cujo mandato terá duração de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de seus membros, cabendo ao Presidente ou ao vice-presidente, o voto de qualidade.

São atribuições do Conselho Fiscal do Pienprev:

I - eleger o seu Presidente;

II - fiscalizar, assegurado o acesso às informações de qualquer natureza, os boletins das receitas e despesas do PIÊNPREV;

III - fiscalizar o destino de verbas dos benefícios, assim como a aplicação dos recursos, controle e resultado dos empreendimentos;

IV - examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;



V - encaminhar ao Conselho de Administração parecer prévio sobre as contas do PIÊNPREV, conforme prevê o art. 33, inciso X desta lei;

VI - propor ao Conselho de Administração medidas que achar conveniente.

Abaixo segue o Calendário das Reuniões de 2023 para o Conselho Fiscal:

Mês	Dia	Hora
Setembro	12	09:00
Outubro	18	09:00
Novembro	8	09:00
Dezembro	13	09:00

2.1.4 Cenário Econômico

Diferentemente do visto no ano de 2022, o ano de 2023 foi de menor volatilidade e política econômica restritiva nas principais economias globais. O resultado veio com uma atividade econômica global menor, mas propiciou o controle da inflação principalmente com a redução dos patamares vistos no ano anterior.

No Brasil, repetindo o cenário de 2022, o crescimento da economia saiu muito melhor do que era esperado. Os dados apresentados no boletim Focus no início de 2023 para o final, apresentaram números bastantes diferentes e em condições melhores do que esperado pelo mercado.

O ano de 2023 começou com juros elevados e uma queda de braço entre o governo e o Banco Central. Ao longo do ano, com a melhora dos indicadores e expectativas de mercado, as visões passaram a ser mais unisônicas e o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a iniciar o ciclo de corte de juros. A reunião de agosto marcou o início do ciclo corte de juros e o primeiro corte depois de 3 anos.

O PIB brasileiro, medido até o mês de setembro, apresentou um crescimento de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando a adoção de uma política monetária restritiva adotada pelo Banco Central brasileiro, o resultado apresentado é considerado bastante robusto, com a perspectiva de o Brasil terminar o ano de 2023 como a 9º maior economia do mundo segundo dados do FMI.

O grande desafio das economias globais para este ano era o controle da inflação, e no Brasil a lição de casa está sendo feita. A meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3,25%, podendo oscilar entre 1,75% e 4,75%. Hoje, a estimativa é que o Brasil feche o ano com uma inflação de 4,66%, ou seja, dentro do intervalo da meta.

Por fim, o Brasil conseguiu realizar a reforma tributária, que há anos tramitava no congresso. A proposta aprovada visa simplificar o sistema tributário brasileiro, substituídos tributos como PIS, COFINS, IPI, ICMS E ISS pelo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). A aprovação dessa reforma e de outras realizadas nos últimos anos no Brasil, permitiu a melhora das avaliações de riscos



Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Piên do Brasil, pelas agências de rating globais.

Tudo isso acabou refletindo nos resultados dos investimentos no mercado financeiro, com a grossa maioria dos ativos fechando o ano em altas expressivas, tanto no segmento de renda fixa quanto no segmento de renda variável.

Em relação aos EUA, o combate à inflação o assunto continuou dominando o debate econômico por lá, o FED, a elevação e manutenção da taxa de juros alta por um período longo causou um temor de recessão da principal economia mundial. A inflação apresentou arrefecimento, mas mesmo com uma política monetária restritiva, o mercado americano de trabalho continuou muito robusto, não trazendo a inflação americana para a meta no tempo previsto e afastou um risco de queda da maior economia do mundo.

Para finalizar a economia chinesa, começou o ano como a grande locomotiva do crescimento global, mas do segundo semestre em diante, os números apresentados começaram a vir abaixo das expectativas, obrigando o governo chinês a adotar algumas medidas de estímulos, que não foram suficientes para manter o crescimento robusto da economia chinesa visto nos últimos anos.

3. RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Regime Próprio de Previdência Social administra os benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos servidores do Município de Piên e seus dependentes, e contava em 31/12/2023 com 426 segurados, conforme quadro abaixo:

Ativos	Aposentados	Pensionistas	Total
304	107	15	426
71,36%	25,12%	3,52%	100%

Em 2023 foram concedidos 15 benefícios, sendo: 15 aposentadorias.

3.1 Receitas e Despesas

Em 2023, o Pienprev contabilizou as seguintes receitas:

Receitas	Jan-Dez/2023
Contribuições do Servidor	R\$ 1.960.214,39
Contribuições Patronais	R\$ 2.273.820,51
Aplicações Financeiras	R\$ 10.920.646,65
Aportes p/Cobertura Déficit	R\$ 538.276,04
TOTAL	R\$ 15.692.957,59
Taxa Administrativa PMP	R\$ 236.112,00

E no mesmo ano as despesas foram as seguintes:

Despesas	Jan-Dez/2023
Previdenciárias	R\$ 4.404.756,05
Aposentados	R\$ 4.093.919,25
Pensionistas	R\$ 310.836,80

Desp. Correntes Administrativas	R\$ 204.279,14
TOTAL	R\$ 4.609.035,19

3.2 Patrimônio

O patrimônio do PIENPREV, na data de 31/12/2023, era de R\$ 65.025.580,00 (sessenta e cinco milhões, vinte e cinco mil, e quinhentos e oitenta reais), composto da seguinte forma:

Especificação	2023
Ativo Financeiro	R\$ 64.777.098,06
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 153.688,93
Créditos Tributários a Receber	R\$ 0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 0,00
Investimentos e Aplicações	R\$ 64.623.409,13
Estoques	R\$ 0,00
Ativo Imobilizado	R\$ 248.481,94
Bens Móveis	R\$ 44.478,59
Bens Imóveis	R\$ 225.122,22
(-) Depreciação	(R\$ 21.118,87)
Total do Patrimônio	R\$ 65.025.580,00

3.3 Comprev

O COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

Em 2023, o Pienprev não recebeu os valores de Compensação Previdenciária do INSS, apesar de todos os processos lançados no sistema. O que demonstra um grande atraso na análise do RGPS.

4. EVOLUÇÃO ATUARIAL

4.1– Custos e Planos de Custeio – 2023

Em conformidade com a Lei Municipal, adotou-se a alíquota de contribuição atualmente em vigor para os servidores ativos 14,00%, considerando-se ainda que o Ente contribui com uma alíquota de 16,50%. Os aposentados e pensionistas contribuem com 14,00% sobre a parcela do benefício que exceda o limite Máximo de benefícios do RGPS.

Categorias	Base de Cálculo Anual	Alíquota Vigente (%)	Contribuição Esperada
1. Ente Federativo - Custeio Normal	12.984.375,56	16,50%	2.142.421,97
2. Ente Federativo - Taxa de Administração	12.984.375,56	2,00%	259.687,51
3. Segurados Ativos	12.984.375,56	14,00%	1.817.812,58
4. Aposentados	177.979,10	14,00%	24.917,07
5. Pensionistas	0,00	14,00%	0,00
6. Total Custeio Normal Anual (1+...+5)			4.224.839,13

4.2 Evolução da Situação Atuarial

A seguir apresentamos a evolução da situação atuarial dos últimos três exercícios, considerando os cálculos atuariais realizados:

Item	dez/20	dez/21	dez/22	Variação Ano	Variação %
Número de Servidores Ativos	341	320	300	-20	-6,25%
Valor Médio da Remuneração do Ativo	2.728,70	2.773,42	3.329,33	+555,91	+20,04%
Folha Mensal de Ativos (R\$)	930.485,69	887.493,24	998.798,12	+111.304,88	+12,54%
Número de Beneficiários	79	94	102	+8	+8,51%
Valor Médio dos Benefícios	2.159,36	2.272,43	2.847,77	+575,34	+25,32%
Folha Mensal de Benefícios (R\$)	170.589,19	213.608,00	290.472,54	+76.864,54	+35,98%
Número de Segurados	420	414	402	-12	-2,90%
Folha Mensal de Segurados (R\$)	1.101.074,88	1.101.101,24	1.289.270,66	+188.169,42	+17,09%
Custo Total do Plano em R\$	113.597.942,90	101.289.163,50	112.005.178,94	+10.716.015,44	+10,58%
Folha Salarial Futura (R\$)	105.155.020,14	118.457.313,25	147.336.378,40	+28.879.065,15	+24,38%
Custo do Plano em % da Folha	92,56%	116,94%	131,55%	+14,61%	+12,49%
Déficit / Superávit Atuarial em R\$	432.913,64	15.711.018,96	35.490.667,05	-19.779.648,09	+125,90%
Déficit / Superávit em % Folha	0,38%	15,51%	31,69%	-16,18%	+104,32%
Valor dos Investimentos do Plano em R\$	52.035.891,85	52.093.518,82	55.751.515,43	+3.657.996,61	+7,02%

Tendo em vista os resultados obtidos na avaliação realizada, o Regime Próprio de Previdência Social de Piên PR, possui um Déficit Técnico Atuarial para o exercício de 2021 de R\$ 35.490.667,05 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e noventa mil, seiscentos e sessenta e sete reais, e cinco centavos).

Observa-se que houve um aumento no Déficit Atuarial com relação último ano, sendo um aumento em torno de 31,69% em 2023 se comparado a 2022.

O RPPS tem apresentado um déficit crescente, devido às adequações nas hipóteses atuariais e nas variações e características da massa de segurados, observando-se que o houve aumento da Reserva Matemática Dos Benefícios Concedidos que foi resultante das alterações nos planos de carreiras, variações salariais, e falta de novas contratações de servidores efetivos, ocorrendo desta forma o aumento do total de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo.

5. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 os recursos do Pienprev estavam aplicados em 18 fundos de investimentos, distribuídos nos segmentos de Renda Fixa (12), Renda Variável (02), Fundos Imobiliários (02) e Exterior (02), sendo eles:

ATIVO	Valor em 31/12/2023
<u>Administração</u>	954.266,64
Disponibilidades Financeiras	153.688,93
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS EM CAIXA	153.688,93
<u>Previdência</u>	55.609.910,90
Renda Fixa:	46.105.280,12
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	2.549.390,63
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3.429.755,01
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.948.848,05
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.136.833,09
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5+ FIC RENDA FIXA	2.905.702,75
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	1.095.591,08
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1.105.279,78
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	7.868.026,86
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	9.577.263,91
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	8.947.488,70
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	3.466.424,53
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA	1.074.675,73
Renda Variável:	14.644.970,34
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES	11.959.995,70
CAIXA AÇÕES MULTIGESTOR FIC AÇÕES	2.684.974,64
	3.470.701,87
Fundos Exterior:	



Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Piên

CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	1.983.487,64
ITAÚ FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	1.487.214,23
Fundos Imobiliários:	
	402.456,80
BB PROGRESSIVO II FII - BBPO11	1.956,80
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	400.500,00
Ativo Imobilizado	248.481,94
BENS IMÓVEIS	225.122,22
BENS MÓVEIS	44.478,59
(-) Depreciação	21.118,87
TOTAL GERAL	65.025.580,00

Em 2023 os rendimentos financeiros totalizaram R\$ 8.903.263,02 (oito milhões, novecentos e três mil, duzentos e sessenta e dois reais, e dois centavos). O Fundo Previdenciário obteve uma rentabilidade de 15,95%, diante de uma meta atuarial de 9,5% (composta pelo IPCA + 4,72% a.a.).

Piên, 21 de março de 2024.

Jacqueline Niezer
Diretora Executiva do Pienprev